

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 11**

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é admitida a impetração de *habeas corpus* contra

- Ⓐ decisão monocrática de ministro do STF.
- Ⓑ decisão que determina a suspensão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
- Ⓒ decisão que determina a retenção de passaporte.
- Ⓓ decreto de governador que exige passaporte vacinal.
- Ⓔ imposição da pena de exclusão de militar.

Questão 12

Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), incumbe(m) à Polícia Civil

- Ⓐ a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- Ⓑ as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais.
- Ⓒ a segurança dos estabelecimentos penais.
- Ⓓ apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- Ⓔ prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Questão 13

Assinale a opção que contempla o entendimento do STF e do STJ acerca da inviolabilidade de domicílio.

- Ⓐ A mera intuição do agente policial acerca de ocorrência de tráfico de entorpecentes autoriza o ingresso na residência do suspeito, sem mandado judicial ou consentimento do morador.
- Ⓑ A ausência de mandado judicial invalida busca e apreensão em apartamento desabitado.
- Ⓒ Em caso de dúvida, incumbe ao suspeito a prova de ilegalidade do consentimento para ingresso policial na sua residência.
- Ⓓ A entrada forçada em residência, quando não justificada, sujeita o agente policial à responsabilidade disciplinar, civil e penal.
- Ⓔ É ilícita a entrada de policiais, sem autorização judicial e sem consentimento do hóspede, em quarto de hotel, ainda que presentes razões que evidenciem ocorrência de flagrante.

Questão 14

Assinale a opção que reflete o entendimento do STF acerca das competências constitucionais.

- Ⓐ É inconstitucional lei estadual que obriga as concessionárias a instalarem bloqueadores de sinal de celular em presídio.
- Ⓑ É inconstitucional lei estadual que determina que as prestadoras de serviço telefônico forneçam dados dos usuários que passam trote aos serviços de emergência.
- Ⓒ É constitucional lei estadual que assegura independência funcional a delegados de polícia.
- Ⓓ É constitucional lei estadual que confira porte de arma a inspetores de trânsito.
- Ⓔ É constitucional norma estadual que preveja a concessão de aposentadoria com paridade e integralidade de proventos a policiais civis.

Questão 15

A decretação do estado de defesa, de acordo com o disposto na CF, autoriza a adoção das medidas de

- Ⓐ intervenção nas empresas de serviços públicos.
- Ⓑ incomunicabilidade do preso.
- Ⓒ busca e apreensão em domicílios.
- Ⓓ obrigação de permanência em localidade determinada.
- Ⓔ restrição ao direito de sigilo de comunicação telefônica.

Questão 16

Com base nas disposições constitucionais acerca de ciência, tecnologia e inovação, assinale a opção correta. Considere que a sigla SNCTI, sempre que utilizada, refere-se ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

- Ⓐ A pesquisa tecnológica deve ter como objetivo preponderante a solução dos problemas internacionais.
- Ⓑ O SNCTI poderá ser organizado em regime de colaboração entre entes, desde que públicos, para promover o desenvolvimento científico e tecnológico.
- Ⓒ É vedado aos estados vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- Ⓓ Lei complementar deve dispor sobre normas gerais do SNCTI.
- Ⓔ Os estados, o Distrito Federal e os municípios legislarão concorrentemente sobre as peculiaridades relacionadas ao SNCTI.

Questão 17

Acerca das disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitida a expulsão coletiva de estrangeiros, nos casos previstos em lei.
- Ⓑ Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional, nem ser privado do direito de nele entrar.
- Ⓒ Estado que tenha abolido a pena de morte pode, posteriormente, restabelecê-la.
- Ⓓ Nem todo caso de condenação à morte permite a concessão de anistia, indulto ou comutação da pena.
- Ⓔ A liberdade de associação é ampla, não se admitindo restrição de nenhuma espécie.

Questão 18

A Constituição do Estado de Rondônia prevê redução de carga horária de trabalho a servidor público que seja responsável legal e cuide de pessoa com deficiência. Com base nessa previsão, assinale a opção correta.

- Ⓐ É condição para a redução de jornada que a pessoa com deficiência esteja sob tratamento terapêutico.
- Ⓑ A redução de jornada acarreta a redução proporcional da remuneração do servidor.
- Ⓒ A redução da carga horária perdurará enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica da pessoa com deficiência.
- Ⓓ Para fins de concessão do benefício, considera-se pessoa com deficiência o indivíduo que tenha até 18 anos de idade e apresente deficiência física ou mental.
- Ⓔ Nos casos em que a deficiência for considerada irreversível, a concessão da redução de jornada será definitiva, devendo o servidor comprovar, semestralmente, a dependência econômica da pessoa com deficiência.

Questão 19

A respeito das disposições da Constituição do Estado de Rondônia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compete privativamente ao estado legislar sobre garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.
- Ⓑ As ações de planejamento, direção e execução do policiamento florestal são de incumbência da Polícia Florestal, hierarquicamente subordinada à Polícia Civil do Estado.
- Ⓒ A Polícia Civil será regida por legislação especial que definirá as suas atividades, respeitados os princípios da Constituição Estadual e da legislação federal, bem como o previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis, no que couber.
- Ⓓ Cabe precipuamente à Polícia Civil, instituição permanente, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.
- Ⓔ Cabe privativamente ao governador do estado, mediante decreto, dispor sobre organização das polícias.

Questão 20

À luz das disposições da CF e do entendimento do STF e do STJ acerca dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ É cabível condenação em honorários advocatícios em ação de *habeas data*.
- Ⓑ O *habeas data* não pode ser utilizado para obtenção de dados do contribuinte que constem nos sistemas dos órgãos fazendários.
- Ⓒ A ação de *habeas data* é personalíssima, razão por que os sucessores do titular dos dados não possuem legitimidade para a impetração do remédio em seu lugar, se os dados do falecido forem o objeto da impetração.
- Ⓓ É admitida a figura do *habeas data* coletivo, cujos legitimados são os mesmos que os do mandado de injunção coletivo.
- Ⓔ O *habeas data* não pode ser utilizado para obtenção de cópia de processo administrativo.

DIREITO PENAL**Questão 21**

Em relação aos crimes contra a propriedade intelectual, assinale a opção correta.

- Ⓐ Há crimes contra a propriedade intelectual cujo julgamento advém de ação penal privada ou pública condicionada à representação, não havendo previsão de ação pública incondicionada para processo e julgamento desses crimes.
- Ⓑ Para a configuração do delito de violação de direito autoral, é necessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os representem.
- Ⓒ O crime de violação de direito autoral é delito permanente em todas as formas de execução, em virtude do bem jurídico tutelado.
- Ⓓ Diante dos princípios da adequação social e da intervenção mínima, considera-se atípica a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas.
- Ⓔ O dolo direto ou eventual é elemento subjetivo do delito de violação de direito autoral, não havendo previsão para a modalidade culposa desse crime.

Questão 22

O cotejo se dá entre fatos concretos, de modo que o mais completo, o inteiro, prevalece sobre a fração. Não há um único fato buscando se abrigar em uma ou outra lei penal caracterizada por notas especializantes, mas uma sucessão de fatos, todos penalmente tipificados, na qual o mais amplo consome o menos amplo, evitando-se que este seja duplamente punido, como parte de um todo e como crime autônomo.

Cleber Masson (com adaptações).

No conflito aparente de normas, o trecho apresentado explica o princípio da

- Ⓐ legalidade.
- Ⓑ consunção.
- Ⓒ especialidade.
- Ⓓ subsidiariedade.
- Ⓔ alternatividade.

Questão 23

João arrombou a loja onde trabalha, e que pertence à sua mãe de 60 anos de idade, levando mercadorias avaliadas em milhares de reais.

Na situação hipotética apresentada, pode-se afirmar que João

- Ⓐ praticou furto com rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- Ⓑ cometeu a infração penal de dano qualificado com prejuízo considerável para a vítima.
- Ⓒ responderá por furto de coisa comum por sua condição de herdeiro necessário.
- Ⓓ não responderá por crime contra o patrimônio, visto ser amparado por isenção de pena.
- Ⓔ responderá pelo crime de apropriação indébita com aumento de pena em razão do emprego que exercia.

Questão 24

No que se refere aos crimes contra a família, assinale a opção correta.

- Ⓐ O crime de entrega de filho menor a pessoa inidônea admite as modalidades dolosa e culposa.
- Ⓑ Nos crimes de bigamia e de falsificação de registro civil, a prescrição começa a correr da data em que se consumou o assentamento.
- Ⓒ Não configura o crime de bigamia, se ambos os contraentes souberem dessa condição depois de já estarem separados judicialmente por outros motivos.
- Ⓓ A conduta de registrar como seu o filho de outrem configura crime de sonegação de estado de filiação.
- Ⓔ A infração penal de abandono material se configura como crime omissivo próprio.

Questão 25

No que concerne aos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- Ⓐ A calúnia contra os mortos é impunível, por se tratar de crime impossível.
- Ⓑ Não se admite o instituto da retratação nos crimes de calúnia e difamação.
- Ⓒ No delito de injúria, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se o ofendido, de forma reprovável, provocar diretamente a ofensa.
- Ⓓ A exceção da verdade é admitida, no crime de calúnia processado por ação penal privada, se o ofendido já tiver sido absolvido por sentença irrecorrível.
- Ⓔ Quem se julgar ofendido por crime contra a honra pode pedir explicações em juízo e, se houver recusa desse pedido pelo ofensor, cabe contra este sentença condenatória.

Questão 26

Paulo, que é enfermeiro, sob a alegação de ter descoberto a cura do câncer, distribuiu aos pacientes do hospital oncológico onde trabalhava ampolas com substância desconhecida, afirmando que seu conteúdo era infalível e a cura, certa. Em conversa gravada, Paulo foi flagrado dizendo que não havia propriedade curativa na substância.

Na situação hipotética apresentada, a imputação mais adequada à conduta de Paulo seria a de

- ☐ A estelionato.
- ☐ B falsificação de produto destinado a fins medicinais.
- ☐ C curandeirismo.
- ☐ D charlatanismo.
- ☐ E exercício ilegal da medicina.

Questão 27

Em 15/10/2011, Mirtes, de 21 anos e sem antecedentes criminais, praticou o crime de perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 do Código Penal, cuja pena é de um a quatro anos de reclusão e multa). A denúncia foi oferecida em 9/10/2015 e recebida em 15/10/2015. A citação válida ocorreu em 9/10/2016. Ao final do processo, a ré foi condenada à pena de dois anos de reclusão, com sentença publicada em 15/10/2018. Apenas a defesa recorreu e o acórdão, publicado em 15/10/2021, reduziu a pena para um ano de reclusão.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- ☐ A O juiz deveria ter reconhecido, com base na pena aplicada na sentença, a prescrição virtual ocorrida entre a data do fato e o recebimento da denúncia.
- ☐ B Não ocorreu prescrição em razão da pena em abstrato nem em razão da pena em concreto.
- ☐ C Devido à pena final em concreto, ocorreu prescrição retroativa entre a data do fato e o recebimento da denúncia.
- ☐ D Em razão da pena efetivamente aplicada, ocorreu a prescrição superveniente entre a publicação da sentença e o julgamento do acórdão.
- ☐ E Em virtude da pena final em concreto, ocorreu prescrição retroativa entre a data da citação válida e a publicação da sentença.

Questão 28

Em relação aos tipos penais previstos no capítulo do Código Penal referente aos crimes contra as finanças públicas, assinale a opção correta.

- ☐ A Os tipos penais exigem como elemento subjetivo o dolo, não existindo previsão de modalidade culposa, causas de aumento de pena ou qualificadoras.
- ☐ B A substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos não é admitida, em virtude da gravidade das condutas apenadas.
- ☐ C Os crimes contra as finanças públicas não admitem os benefícios da suspensão condicional do processo e da pena, em virtude das sanções cominadas.
- ☐ D Os crimes contra as finanças públicas classificam-se como crimes de resultado e de mão própria, a que uma eventual condenação acarretaria a perda automática de cargo público.
- ☐ E A lei expressamente equipara a modalidade tentada ao crime consumado e comina pena de multa a todas as infrações.

Questão 29

Gustavo, que foi condenado e está cumprindo pena privativa de liberdade, foi surpreendido possuindo, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outras pessoas.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Execução Penal, Gustavo cometeu

- ☐ A falta grave e pode ser punido com restrição de direitos por ato do juiz competente.
- ☐ B falta média e pode ser punido com isolamento em alojamento coletivo por ato do juiz competente.
- ☐ C falta média e pode ser punido com suspensão por ato do diretor do presídio.
- ☐ D falta grave e pode ser punido com isolamento na própria cela por ato do diretor do presídio.
- ☐ E falta grave e pode ser punido com repreensão por ato do juiz competente.

Questão 30

Ao tratar de determinada função do direito penal, Cleber Masson esclarece que esta é “inerente a todas as leis, não dizendo respeito somente às de cunho penal. Não produz efeitos externos, mas somente na mente dos governantes e dos cidadãos. (...) Manifesta-se, comumente, no direito penal do terror, que se verifica com a inflação legislativa (direito penal de emergência), criando-se exageradamente figuras penais desnecessárias, ou então com o aumento desproporcional e injustificado das penas para os casos pontuais (hipertrofia do direito penal).” O autor ainda conclui que a função deve ser afastada, pois cumpre funções governamentais, ou seja, tarefas que não podem ser atribuídas ao direito penal.

No texto apresentado anteriormente, Cleber Masson está se referindo à função denominada

- ☐ A ético-social.
- ☐ B simbólica.
- ☐ C instrumento de controle social.
- ☐ D motivadora.
- ☐ E promocional.

Questão 31

Em relação às possíveis imunidades, assinale a opção correta.

- ☐ A A imunidade material se estende indiscriminadamente aos membros do Poder Executivo detentores de mandato eletivo.
- ☐ B Recebida a denúncia por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao parlamento para eventual sustação da ação.
- ☐ C A imunidade diplomática não se aplica aos familiares, tampouco aos empregados particulares estrangeiros dos diplomatas.
- ☐ D A imunidade é renunciável por parte do diplomata, posto que a pretensão punitiva de um Estado pode afetar seu direito de liberdade.
- ☐ E A imunidade formal ou processual não se estende aos vereadores.

Questão 32

Todo indivíduo age numa circunstância determinada e com um âmbito de autodeterminação também determinado. A sociedade nunca tem a possibilidade de brindar a todos os homens com as mesmas oportunidades. Em consequência, há sujeitos que têm um menor âmbito de autodeterminação, condicionado desta maneira por causas sociais. Assim, ao considerar que essas pessoas que têm um menor âmbito de autodeterminação tendem ao crime por carências sociais; a reprovação pela prática da infração penal deve ser dirigida conjuntamente ao Estado e ao agente, se verificada, no caso concreto, tal desigualdade de oportunidade de vida.

O texto precedente apresenta a ideia central da teoria denominada

- A** normalidade das circunstâncias concomitantes.
- B** coculpabilidade.
- C** tipicidade conglobante.
- D** elementos negativos do tipo.
- E** imputação objetiva.

Questão 33

Francisco, rapaz maior de idade que sempre viveu isolado na roça, adquiriu uma carteira nacional de habilitação ao comprar um veículo usado, acreditando não ser necessário realizar exames para dirigir. Após ser parado em uma blitz, foi processado por falsidade documental e uso de documento falso.

Nessa situação hipotética, deve ser reconhecido o

- A** crime putativo por erro de proibição.
- B** erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal, que exclui o dolo.
- C** erro sobre a ilicitude do fato, excluindo-se a culpabilidade pela falta de consciência dessa condição.
- D** erro sobre a ilicitude do fato, excluindo-se a culpabilidade pela exigibilidade de conduta diversa.
- E** erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal que, sendo vencível, passa a ser punível por culpa.

Questão 34

De acordo com o CP (Código Penal), a embriaguez completa e fortuita é

- A** atenuante de pena.
- B** causa de isenção de pena.
- C** causa de diminuição de pena.
- D** excludente da ilicitude.
- E** indiferente na imputabilidade penal.

Questão 35

Carlos foi denunciado pelo crime de furto qualificado, praticado em 15/5/2022. Após a tramitação regular do processo, o juiz fixou a pena base no mínimo legal, tendo em seguida agravado em 1/6 a pena em face da reincidência, sob o fundamento de que o réu possuía uma condenação anterior transitada em julgado, e impôs o regime fechado para início de cumprimento de pena. Na condenação anterior, Carlos havia recebido o livramento condicional em 27/4/2015, cumprindo-o sem revogações até 27/4/2019, e a decisão que declarou extinta a pena foi proferida em 29/6/2020.

Considerando-se a situação hipotética apresentada, bem como a pena e o regime fixados pelo juiz, é correto afirmar que, em relação ao crime de furto qualificado praticado em 15/5/2022, Carlos é

- A** reincidente, e o regime inicial cabível é o fechado, visto que o período depurador referente à condenação anterior começou a correr em 27/4/2019.
- B** reincidente, e o regime inicial cabível é o fechado, visto que o período depurador referente à condenação anterior começou a correr em 29/6/2020.
- C** primário, e o regime inicial cabível é o semiaberto, visto que o período depurador se iniciou em 27/4/2015 e a pena é superior a quatro anos.
- D** primário, e o regime cabível é o aberto, visto que o período depurador foi cumprido sem revogação e a pena é inferior a quatro anos.
- E** reincidente, e o regime cabível é o semiaberto, visto que, dada a pena aplicada, incide no caso a súmula n.º 269 do STJ.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 36**

Policiais militares receberam uma ligação telefônica anônima, a qual informava a ocorrência de tráfico de drogas em uma residência onde estariam sendo vendidos entorpecentes mediante “disque-droga”.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- A** A mera intuição dos policiais acerca de eventual traficância praticada pelo morador da casa configura, por si só, justa causa para autorizar o ingresso no domicílio, sem o consentimento do morador e sem uma determinação judicial.
- B** Os policiais podem ingressar na residência, sem ordem judicial ou autorização do morador, desde que estejam amparados em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, as quais indiquem que a situação que se passa no interior da casa configure flagrante delito.
- C** Nesse caso, os agentes públicos não podem invadir a referida casa durante a noite.
- D** Se a casa funcionar como boca de fumo, os policiais somente poderão invadir a casa, sem o consentimento do morador, entre 6h e 18h.
- E** Acontecimentos como a ocorrência de denúncia anônima da prática de tráfico de drogas e uma possível fuga do morador da casa ao avistar a polícia configuram, sozinhos, fundadas razões para autorizar o ingresso policial no referido domicílio, sem o consentimento do morador ou sem uma determinação judicial.

Questão 37

Foi instaurado inquérito policial para apurar desvio de verbas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo o juízo estadual de Rondônia deferido o pedido de interceptação telefônica dos suspeitos.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF).

- Ⓐ Nesse caso, o STJ aceita a aplicação da teoria do juízo aparente para ratificar medidas cautelares no curso do inquérito policial quando autorizadas por juízo aparentemente competente.
- Ⓑ Se for declarada a incompetência absoluta do juízo estadual, as medidas cautelares decretadas deverão ser consideradas nulas de pleno direito.
- Ⓒ Para o STJ, a competência, nesse caso, será definida a depender da circunstância, ou seja, caso o fato se refira a repasse fundo a fundo ou a convênio.
- Ⓓ Para o STF, as provas colhidas ou autorizadas por juízo aparentemente competente à época da autorização ou da produção são insuscetíveis de ratificação, caso o juízo, posteriormente, seja considerado incompetente.
- Ⓔ Ao juízo estadual de Rondônia é vedado, para justificar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas, valer-se do uso da motivação *per relationem*.

Questão 38

De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta acerca das provas no processo penal.

- Ⓐ A ação controlada — prevista na Lei n.º 12.850/2013, a qual define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal — exige autorização judicial.
- Ⓑ É lícita a prova obtida pelo delegado que, por ocasião da prisão em flagrante, sem prévia autorização judicial, efetue a devassa de dados e de conversas de aplicativos de mensagens pessoais em celular apreendido na posse do autuado.
- Ⓒ É ilegal a quebra do sigilo telefônico mediante a habilitação de *chip* da autoridade policial em substituição ao do investigado titular da linha.
- Ⓓ É possível aplicar a analogia entre a interceptação telefônica e o espelhamento das conversas realizadas por aplicativo de mensagens pessoais diretamente no computador da autoridade policial.
- Ⓔ A quebra do sigilo de dados armazenados obriga a autoridade judiciária a indicar previamente as pessoas a serem investigadas.

Questão 39

Considerando o Código de Processo Penal (CPP) e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca dos impedimentos e da suspeição.

- Ⓐ O CPP permite a oposição de exceção de suspeição contra autoridades policiais.
- Ⓑ A homologação do acordo de colaboração premiada pelo magistrado implica seu impedimento para processar e julgar a ação penal ajuizada em desfavor dos prejudicados pelas declarações prestadas pelos colaboradores.
- Ⓒ A ausência de afirmação da autoridade policial de sua própria suspeição, por si só, não eiva de nulidade o processo judicial, sendo necessária a demonstração do prejuízo suportado pelo réu.
- Ⓓ A autoridade policial que presidir a fase inquisitória é impedida de ser testemunha na ação penal.
- Ⓔ A condição de testemunha do policial que tenha presenciado o ato retira o valor da prova produzida a partir de sua oitiva.

Questão 40

Em 9.8.2018, durante uma operação policial realizada para a captura de Maria e de outros membros de uma organização criminosa, ela intencionalmente atropelou um delegado e fugiu. Posteriormente, Maria foi denunciada por tentativa de homicídio, mas, como não foi localizada para a citação, o processo e o curso da prescrição foram suspensos bem como foi decretada a prisão preventiva da agente. Em julho de 2022, gestante, Maria foi presa em outra unidade federativa em razão de crime supostamente cometido após o delito apurado em 2018.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca dos requisitos da prisão preventiva conforme o entendimento do STJ e do STF.

- Ⓐ A necessidade de se interromper ou se diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, no intuito de impedir a reiteração delitiva, não se enquadra no conceito de garantia da ordem pública.
- Ⓑ Maria preenche os requisitos legais para a substituição da custódia preventiva por prisão domiciliar.
- Ⓒ O descumprimento de medida cautelar imposta como condição para a liberdade provisória não demonstra, isoladamente, a adequação da prisão preventiva para a conveniência da instrução criminal.
- Ⓓ O fato de Maria ter cometido novo delito após o fato ocorrido em 2018 não caracteriza ausência de contemporaneidade para a prisão preventiva decretada naquela ocasião, desde que sejam observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- Ⓔ O fato de Maria ter residência fixa e o fato de ser ré primária, isoladamente considerados, têm o condão de desconstituir a custódia processual.

Questão 41

Sobre o controle externo da atividade policial, assinale a opção correta em consonância com a atual jurisprudência do STJ e do STF.

- Ⓐ O delegado de polícia pode formalizar acordos de colaboração premiada na fase de inquérito policial, independentemente de ter havido manifestação do membro do Ministério Público previamente à decisão judicial.
- Ⓑ O controle externo da atividade policial exercido pelo *Parquet* vai além da atividade de polícia judiciária, não se limitando a relatórios de natureza persecutório-penal, ou seja, relacionados com a atividade de investigação criminal.
- Ⓒ Os órgãos do Ministério Público têm acesso a quaisquer documentos, informatizados ou não, relativos à atividade-fim policial civil e militar, exceto às atividades de polícia técnica desempenhadas por outros órgãos.
- Ⓓ As ordens de missão policial decorrentes de cooperação internacional exclusiva da Polícia Federal sobre as quais haja acordo de sigilo estão sujeitas a controle *a posteriori* do Ministério Público.
- Ⓔ As salas de inteligência de um órgão policial não podem ser inspecionadas pelo Ministério Público no exercício do controle externo.

Questão 42

Considerando a doutrina e o entendimento do STF, o termo circunstanciado de ocorrência

- Ⓐ refere-se a instrumento legal limitado a constatar a ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo e constitui atividade investigativa.
- Ⓑ constitui instrumento cuja lavratura é função privativa da polícia judiciária.
- Ⓒ deve ser lavrado em caso de crime que envolva violência doméstica ou familiar contra a mulher com pena máxima inferior a dois anos.
- Ⓓ deve ser lavrado em caso de crime de lesão corporal culposa cometido na direção de veículo automotor em que o agente estava sob a influência de álcool.
- Ⓔ pode ser lavrado pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar se houver norma estadual prevendo tal possibilidade.

Questão 43

Policiais militares, sem mandado judicial, durante um patrulhamento de rotina, receberam uma denúncia anônima contra Paulo, conhecido nos meios policiais pela prática de tráfico de entorpecentes. Nesse contexto, durante a condução de seu veículo em via pública, Paulo foi abordado. Realizada busca pessoal e veicular, nada de ilícito foi localizado em seu poder. Indagado pelos referidos policiais, Paulo confessou que, em sua residência, havia entorpecentes, o que, de fato, foi comprovado posteriormente.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da busca pessoal conforme o CPP e o STJ.

- Ⓐ O CPP autoriza buscas pessoais praticadas como “rotina” ou “praxe” do policiamento ostensivo, em razão do dever dos policiais de prevenir delitos e condutas ofensivas à ordem pública.
- Ⓑ Intuições e impressões subjetivas do policial, apoiadas exclusivamente na sua experiência profissional, justificam a busca pessoal.
- Ⓒ Informações de fonte não identificada, somente, são suficientes para o policial identificar uma atitude suspeita.
- Ⓓ O CPP autoriza buscas pessoais praticadas com finalidade preventiva e motivação exploratória, em razão do poder de polícia inerente à atividade do poder público.
- Ⓔ Nessa situação, não foi demonstrada a necessária justa causa, apta a demonstrar a legalidade da abordagem perpetrada.

Questão 44

Julgue os itens seguintes acerca do inquérito policial.

- I O investigado pode propor diligências à autoridade policial ou apresentar a ela documentos cuja juntada ao inquérito entenda pertinentes. Nesse caso, caberá à autoridade policial decidir acerca da realização da diligência solicitada ou da juntada do documento.
- II O defensor do acusado, além de ter acesso aos autos do inquérito, também poderá estar presente no interrogatório do indiciado e na produção de provas testemunhais, ocasião em que poderá fazer perguntas.
- III Em inquérito policial instaurado para apurar a suposta consumação de fatos relacionados ao uso de força letal, praticados por policial civil no exercício de suas funções, o investigado deverá ser cientificado da instauração do procedimento, podendo constituir defensor em até 48 horas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 45

Denomina-se *notitia criminis* de cognição imediata quando a autoridade policial

- Ⓐ fica sabendo da infração penal mediante requisição do juiz.
- Ⓑ efetua a prisão em flagrante.
- Ⓒ toma conhecimento da infração penal por requerimento do ofendido.
- Ⓓ fica sabendo da infração penal em razão do desempenho de suas atividades regulares.
- Ⓔ toma conhecimento da infração penal em razão de requisição do Ministério Público.

Questão 46

Eduardo foi denunciado como partícipe nos crimes de extorsão, ameaça, cárcere privado, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e associação criminosa em concurso material.

Nessa situação, o trancamento da ação penal pela via de *habeas corpus* é incabível, em tese, quando emergir dos autos a

- Ⓐ inépcia formal da denúncia.
- Ⓑ falta de detalhamento minucioso da denúncia acerca das condutas supostamente perpetradas.
- Ⓒ atipicidade do fato.
- Ⓓ ausência de indícios que fundamentaram a acusação.
- Ⓔ extinção da punibilidade.

Questão 47

Assinale a opção correta acerca do processo penal, segundo o STJ e a doutrina majoritária.

- Ⓐ Incidem as novas regras do Código de Processo Civil referentes à contagem dos prazos em dias úteis nas ações relativas a matéria penal.
- Ⓑ No sistema processual penal, vigoram os princípios da lealdade e da boa-fé objetiva, não sendo lícito à parte arguir vício com o qual tenha concorrido, sob pena de se violar o princípio do *nemo auditur propriam turpitudinem allegans*.
- Ⓒ Conforme prescreve o princípio da convalidação, o recebimento da denúncia por juízo territorialmente incompetente não tem o condão de interromper o prazo prescricional.
- Ⓓ No processo penal brasileiro, é vedado ao juiz determinar de ofício a produção de prova, ainda que de forma suplementar.
- Ⓔ Ato de magistrado singular que atribui aos fatos descritos na peça acusatória definição jurídica diversa daquela proposta pelo Ministério Público ofende o princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória.

Questão 48

Considerando que tenha sido instaurado inquérito policial que ainda se encontra em curso, assinale a opção correta acerca das funções do delegado.

- Ⓐ Cabe à autoridade policial arbitrar fiança nos delitos punidos com pena máxima não superior a cinco anos.
- Ⓑ Finalizadas as investigações e concluído o inquérito policial, a autoridade policial pode determinar o arquivamento do feito.
- Ⓒ É vedado ao delegado representar ao juiz para a instauração de incidente de insanidade mental, sob pena de invasão da competência do Ministério Público.
- Ⓓ Cabe ao delegado aceitar ou rejeitar a colaboração de detetive particular.
- Ⓔ Ao elaborar o relatório final do inquérito, a autoridade policial deverá manifestar-se acerca do mérito da prova colhida.

Questão 49

Pode o delegado requisitar, em razão do delito praticado, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos do crime de

- A roubo.
- B extorsão com emprego de arma.
- C latrocínio.
- D homicídio qualificado.
- E tráfico de pessoas.

Questão 50

Durante a tramitação de um inquérito policial, um delegado, convencido da autoria de uma determinada infração penal por certo investigado, realizou a análise técnico-jurídica do fato e indiciou o suspeito.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a doutrina e os entendimentos do STF.

- A O Ministério Público fica vinculado ao indiciamento realizado pelo delegado.
- B É incabível a impetração de *habeas corpus* para cancelar o indiciamento, apesar dos constrangimentos causados ao indiciado.
- C Do indiciamento — ato privativo da autoridade policial — decorrem diversas consequências para a ação penal, para a qual o referido ato é imprescindível.
- D Inexiste fundamento jurídico que autorize o magistrado, após receber a denúncia, a requisitar ao delegado o indiciamento de determinada pessoa.
- E O simples indiciamento de uma pessoa não implica que seu nome e outros dados sejam lançados no sistema de informações da Secretaria de Segurança Pública relacionados àquele delito e passem, a partir disso, a constar da folha de antecedentes criminais do indivíduo.

LEGISLAÇÃO PENAL**E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE****Questão 51**

Acerca da interceptação telefônica conduzida pela autoridade policial para fins de investigação criminal e procedimentos similares, assinale a opção correta.

- A A degravação de mensagens armazenadas em aparelho celular prescinde de autorização judicial.
- B Enquanto adequada e proporcional, a interceptação telefônica pode ser renovada sucessivamente, sem limite de vezes, mediante o crivo judicial.
- C A escuta telefônica poderá ser determinada de ofício pela autoridade policial, independentemente de autorização judicial.
- D Como regra, a interceptação é aplicável na apuração do crime de ameaça.
- E Poderá a autoridade policial, com amparo legal na lei de interceptação telefônica, requerer judicialmente a escuta ambiental.

Questão 52

O depoimento especial da criança, no âmbito da persecução penal,

- A deverá ser realizado, preferencialmente, no âmbito da investigação policial e da ação penal em momentos distintos.
- B poderá ser realizado pelos conselhos tutelares, desde que conduzido por profissional da educação ou da saúde.
- C independentemente da idade do impúbere, seguirá, como regra, o rito cautelar de antecipação de prova.
- D é aplicável somente nos casos em que a criança ou adolescente forem ouvidos na condição de vítima.
- E pode ser tomado em novo depoimento judicial, em caráter excepcional, desde que imprescindível e mediante prévia concordância da vítima ou de seu representante legal.

Questão 53

Acerca da investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia e das garantias funcionais a ele atribuídas pela Lei n.º 12.830/2013, assinale a opção correta.

- A A legislação em referência veda a realização de procedimentos investigatórios por autoridades distintas do delegado de polícia.
- B Na presidência do inquérito policial, o delegado de polícia atua de forma vinculada, nos limites da lei processual penal.
- C O delegado de polícia, no âmbito de suas atribuições ordinárias, detém inamovibilidade relativa.
- D O indiciamento deverá ser procedido ao final do inquérito policial, quando findadas todas as diligências necessárias à elucidação do crime.
- E São garantias funcionais do delegado de polícia a vitaliciedade e a irredutibilidade do subsídio.

Questão 54

Acerca da aplicação dos institutos da Lei n.º 9.099/1995 aos crimes de trânsito, assinale a opção correta.

- A Admite-se proposta de suspensão condicional do processo em crime de embriaguez ao volante.
- B É cabível a transação penal nos crimes de embriaguez ao volante.
- C É cabível a composição civil extintiva da punibilidade no crime de participação em competição não autorizada, em via pública, na direção de veículo automotor.
- D A ação penal do crime de lesão corporal culposa é pública incondicionada à representação do ofendido.
- E O instituto da transação penal aplica-se, indistintamente, a todos os crimes de lesão corporal culposa.

Questão 55

Assinale a opção correta, com relação à colaboração premiada prevista na lei que define organização criminosa, os meios de obtenção de prova e a investigação criminal.

- A O acordo de colaboração premiada celebrado pela autoridade policial restringe o direito de punir do Estado.
- B A atribuição do delegado de polícia para firmar o acordo se estende até a sentença final do processo correlato.
- C O magistrado não poderá participar das negociações firmadas entre as partes para a formalização do acordo.
- D Não se admite a celebração do acordo posteriormente à sentença condenatória.
- E O acordo constitui meio de prova, submetendo-se aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Questão 56

Com relação às disposições acerca dos crimes previstos no Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

- ☐ A Os crimes contra o idoso que não forem praticados com violência ou grave ameaça, ou que não importem risco à saúde, são de ação penal pública condicionada à representação.
- ☐ B É possível a aplicação dos institutos despenalizadores ao autor do crime, em face do máximo da pena estipulada para tais delitos.
- ☐ C A conduta consistente no abandono de idoso em hospital por pessoa obrigada por lei a ampará-lo admite a modalidade culposa.
- ☐ D Expor a perigo a saúde de pessoa idosa, privando-a dos cuidados indispensáveis, é conduta preterdolosa, caso resulte em lesão grave ou morte.
- ☐ E Após a promulgação do Estatuto do Idoso, todos os crimes cuja pena máxima não ultrapasse quatro anos passaram a ser de menor potencial ofensivo.

Questão 57

Assinale a opção correta, acerca das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes e dos procedimentos de sua apuração.

- ☐ A A advertência deverá ser aplicada somente quando houver comprovação da autoria e da materialidade do ato infracional.
- ☐ B A medida de prestação de serviços à comunidade, aplicada ao adolescente primário, poderá ser cumprida pelo prazo máximo de doze meses.
- ☐ C A liberdade assistida tem prazo máximo de seis meses, não sendo cabível a sua prorrogação.
- ☐ D A aplicação de nova medida de internação acarreta a extinção daquela aplicada anteriormente sem prazo determinado, ainda em fase de execução.
- ☐ E A aplicação de pena privativa de liberdade em regime fechado, mesmo que em execução provisória, ao adolescente submetido a medida socioeducativa anterior é causa extintiva desta.

Questão 58

É circunstância agravante dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor o cometimento desse tipo de crime

- ☐ A mediante a dissimulação da natureza ilícita do procedimento.
- ☐ B em detrimento de pessoa portadora de deficiência, desde que interdita judicialmente.
- ☐ C em detrimento de indígena, mesmo que integrado.
- ☐ D em detrimento de instituições religiosas ou educativas sem fins lucrativos.
- ☐ E em detrimento de pessoa com idade superior a setenta anos.

Questão 59

Acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, assinale a opção correta.

- ☐ A A responsabilidade penal da pessoa jurídica exclui a da pessoa natural autora ou coautora do delito.
- ☐ B A pessoa jurídica poderá ser isentada de responsabilidade penal mediante a alegação de culpa exclusiva de terceiro, mesmo que o dano tenha sido provocado em seu interesse ou benefício.
- ☐ C A pena de proibição de contratar com o poder público tem estipulado prazo determinado na lei de regência.
- ☐ D É vedada a decretação de liquidação forçada de pessoa jurídica em decorrência da prática de delito ambiental.
- ☐ E É vedada a aplicação de sanção de prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica.

Questão 60

Assinale a opção correta, no que diz respeito às contravenções penais.

- ☐ A É aplicável o princípio da extraterritorialidade às contravenções penais.
- ☐ B Como regra, aplica-se o princípio da culpabilidade às contravenções penais.
- ☐ C O princípio da subsidiariedade é aplicável às contravenções penais.
- ☐ D São puníveis as contravenções praticadas nas formas tentada e consumada.
- ☐ E Nas contravenções penais, é possível a conversão da pena de multa em prisão simples.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 61**

A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

O princípio da administração pública apresentado anteriormente, referente à Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), é o da

- ☐ A indisponibilidade do interesse público.
- ☐ B supremacia do interesse público.
- ☐ C autotutela.
- ☐ D moralidade.
- ☐ E precaução.

Questão 62

O estado do Amazonas e o estado de Rondônia, por meio de seus respectivos órgãos, pretendem gerir, de maneira conjunta e coordenada, via convênio e sem encargos gravosos para nenhum dos estados, a conservação de determinadas áreas de preservação ambiental, considerado o interesse comum que há entre os entes federados.

Nessa situação hipotética, considerando-se a jurisprudência do STF e a Constituição Federal de 1988 (CF), a celebração do convênio pretendido

- ☐ A depende de autorização do Poder Legislativo de cada estado e deve ser formalizada mediante contrato administrativo, o que atribui personalidade jurídica autônoma ao convênio.
- ☐ B independe de autorização do Poder Legislativo de cada estado, podendo ser formalizada por meio de termo de cooperação, o que não atribui personalidade jurídica autônoma ao convênio.
- ☐ C independe de autorização do Poder Legislativo de cada estado e deve ser formalizada mediante contrato administrativo, o que não atribui personalidade jurídica autônoma ao convênio.
- ☐ D depende de autorização do Poder Legislativo de cada estado, podendo ser formalizada mediante contrato administrativo, o que não atribui personalidade jurídica autônoma ao convênio.
- ☐ E independe de autorização do Poder Legislativo de cada estado e deve ser formalizada mediante termo de cooperação, o que atribui personalidade jurídica autônoma ao convênio.

Questão 63

(...) é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução. Esse atributo não está presente em todos os atos, visto que alguns deles (v.g., os atos enunciativos, os negociais) o dispensam, por desnecessário à sua operatividade, uma vez que os efeitos jurídicos do ato dependem exclusivamente do interesse do particular na sua utilização.

Hely Lopes Meirelles. **Direito Administrativo Brasileiro**. Editora Malheiros. 27.ª ed. São Paulo, 2002. p. 156.

O trecho citado descreve o atributo do ato administrativo relativo à

- A** presunção de legitimidade.
- B** veracidade.
- C** autoexecutoriedade.
- D** discricionariedade.
- E** imperatividade.

Questão 64

A respeito da prestação de serviços públicos essenciais e da possibilidade de sua interrupção, observada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é legítimo o corte do fornecimento de serviços públicos essenciais

- A** quando inadimplente o usuário, independentemente de prévia notificação.
- B** quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que tenha havido prévia notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.
- C** em unidade de saúde, ainda que ela esteja inadimplente.
- D** quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, apurada unilateralmente pela concessionária.
- E** por débitos de usuário anterior, considerada a natureza real da dívida.

Questão 65

Acerca da delegação no âmbito do processo administrativo, considerada a Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- A** As decisões tomadas mediante delegação devem mencionar essa condição de modo explícito e serão consideradas editadas pela autoridade delegada.
- B** A autoridade delegante somente poderá revogar o ato de delegação quando exaurido o objetivo para o qual o ato foi editado.
- C** A edição de atos de caráter normativo é passível de delegação.
- D** A delegação poderá ser formalizada por tempo indeterminado, a critério da autoridade delegante.
- E** Não é possível a um determinado órgão administrativo delegar parte de sua competência a outro órgão, quando inexistente subordinação hierárquica entre eles.

Questão 66

Determinado município concedeu a particulares os serviços de tratamento de esgoto e pretende criar entidade no intuito de controlar e fiscalizar a execução desse serviço público.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito das agências reguladoras, observada a legislação pertinente e a jurisprudência do STF.

- A** As decisões tomadas no âmbito da competência da agência reguladora que se busca criar deverão se submeter a recurso dirigido a órgãos ou autoridades às quais a referida agência esteja vinculada.
- B** A autorização para a criação da agência reguladora deverá ser veiculada em lei municipal, ainda que o diploma legislativo verse outros temas.
- C** Não será possível a criação de agência reguladora pelo município, visto que a edição dessas entidades é atribuição exclusiva da União.
- D** Será legítimo à agência reguladora, no exercício das atividades decorrentes do poder de polícia e no âmbito da respectiva competência, promover, de ofício, a busca e a apreensão de bens.
- E** No âmbito da regulação setorial de saneamento básico, será legítimo à agência reguladora editar atos normativos gerais e abstratos, de caráter técnico.

Questão 67

Observada a jurisprudência do STF e as disposições constitucionais, a requisição administrativa

- A** é um instrumento de intervenção do Estado na propriedade privada marcado pela autoexecutoriedade, podendo recair sobre bens imóveis, móveis e serviços.
- B** é um instrumento de intervenção do Estado na propriedade privada que se caracteriza pela bilateralidade e pelo primado da jurisdição.
- C** é instrumento cuja utilização pressupõe prévia indenização.
- D** dispensa a motivação do ato que a ensejou, considerado o caráter urgente da medida.
- E** é admitida sobre bem ou serviço de outro ente federativo, em situações de perigo público iminente.

Questão 68

A respeito do concurso público e do provimento dos cargos públicos, observada a jurisprudência do STF, julgue os itens seguintes.

- I O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, gera direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital do primeiro certame.
- II É válida a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais.
- III No caso de nomeação tardia de candidato aprovado em concurso público, por meio de ato judicial, à qual fora atribuída eficácia retroativa, não há direito a promoções ou progressões funcionais que alcançariam o nomeado se a nomeação tivesse ocorrido a tempo e modo próprios.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 69

A administração pública concedeu licença a particular para construir uma escola em determinada área, após verificar que este cumprira com todas as exigências legais para tal.

Considerando-se a situação hipotética apresentada, o ato administrativo concedido é

- A** normativo.
- B** punitivo.
- C** ordinatório.
- D** negocial.
- E** enunciativo.

Questão 70

Considerado o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, e observada a Lei Complementar estadual n.º 68/1992, o ato que promove a movimentação do servidor a pedido ou *ex officio*, de uma unidade administrativa para outra dentro do mesmo órgão, por ato do seu titular, com ou sem alteração do domicílio ou residência do servidor, respeitada a existência de vagas no quadro lotacional corresponde à

- A** redistribuição.
- B** relotação.
- C** remoção.
- D** cedência.
- E** substituição.

Questão 71

Julgue os itens a seguir a respeito da parceria público-privada, em atenção à Lei n.º 11.079/2004.

- I As cláusulas dos contratos de parceria público-privada deverão prever a repartição de riscos entre as partes, inclusive nas situações em que caracterizado o fato do príncipe.
- II A contraprestação da administração pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser realizada mediante cessão de créditos tributários.
- III A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 72

Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado de Rondônia, a autoridade competente para aplicar a pena disciplinar de cassação de aposentadoria é o

- A** secretário de Estado da segurança, defesa e cidadania.
- B** diretor da divisão à qual o servidor era vinculado.
- C** diretor-geral da Polícia Civil.
- D** corregedor-geral de Polícia Civil.
- E** governador do estado.

Questão 73

Considerada a disciplina legal acerca da improbidade administrativa, observada a Lei n.º 8.429/1992 (LIA) com as alterações promovidas pela Lei n.º 14.230/2021, assinale a opção correta.

- A** A constatação do caráter culposo do ato praticado por quem exerce a função pública não se revela suficiente para afastar a caracterização de ato de improbidade administrativa.
- B** Os sócios, cotistas e diretores de pessoa jurídica de direito privado, via de regra, respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- C** O sucessor de quem que causar dano ao erário está sujeito à obrigação de reparar os cofres públicos até o limite do valor do patrimônio transferido, exceto nas hipóteses de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.
- D** Não obstante a independência entre as instâncias civil, penal e administrativa, em caso de lesão ao patrimônio público em decorrência de ato de improbidade, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento já efetuado nas demais instâncias que tiverem por objeto os mesmos fatos.
- E** Em havendo o ressarcimento integral e efetivo do dano pelo sujeito ativo do ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito, não lhe serão aplicáveis as sanções alusivas à perda de bens ou valores.

Questão 74

A respeito da Lei Anticorrupção, julgue os itens a seguir.

- I A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica é atribuição da autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes, podendo ser delegada.
- II A responsabilidade das sociedades controladas por determinada pessoa jurídica que praticou ato contra administração pública restringe-se à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- III No âmbito da responsabilização administrativa, é admitida a sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- IV A Lei Anticorrupção não se aplica aos atos danosos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, quando cometidos no exterior.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Questão 75

Determinado órgão administrativo pretende adquirir, mediante processo licitatório, veículos comuns para apoio em atividades externas.

Nessa situação hipotética, considerando-se a Lei n.º 14.133/2021, no que diz respeito à modalidade licitatória adequada e ao critério de julgamento, deverá ser adotada a modalidade

- A** do leilão, podendo o critério de julgamento ser o de maior retorno econômico.
- B** do pregão, podendo o critério de julgamento ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- C** de concurso, podendo o critério ser o de maior retorno econômico.
- D** da concorrência, podendo o critério de julgamento ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- E** do diálogo competitivo, devendo o critério ser o de menor preço.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO**Questão 76**

Em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, consideram-se despesas de capital

- A** os auxílios.
- B** as aquisições de material de consumo.
- C** as subvenções sociais.
- D** os juros da dívida.
- E** as subvenções econômicas.

Questão 77

Ao estabelecer as limitações ao poder de tributar, a Constituição Federal de 1988 atribuiu aos entes públicos a prerrogativa de promover a substituição tributária. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- A** A substituição tributária constitui crédito do contribuinte para futuras compensações tributárias, caso o fato gerador não se realize.
- B** A substituição tributária se aplica aos impostos, mas não às contribuições.
- C** A substituição tributária pode ser instituída por decreto, desde que editado pelo respectivo chefe do Poder Executivo do ente tributante.
- D** A substituição tributária consiste em atribuir a condição de responsável pelo pagamento de certos tributos a sujeito passivo de obrigação tributária.
- E** A substituição tributária é aplicada a fatos geradores que já tenham ocorrido, mas cujo tributo ainda não tenha vencido, e a fatos geradores que ainda devam ocorrer posteriormente.

Questão 78

Em relação à capacidade tributária passiva, é correto afirmar que são tributariamente incapazes

- A** as pessoas físicas que não puderem exprimir sua vontade.
- B** as unidades sociais, ainda que não constituídas como pessoas jurídicas.
- C** os menores de idade.
- D** as pessoas físicas privadas do exercício profissional.
- E** as unidades profissionais, ainda que não constituídas como pessoas jurídicas.

Questão 79

Assinale a opção em que é apresentado exemplo de tributo que se submete ao princípio da anterioridade, mas que não está sujeito ao princípio da anualidade.

- A** empréstimo compulsório
- B** contribuição social
- C** imposto
- D** taxa
- E** contribuição de melhoria

Questão 80

De acordo com o Código Tributário Nacional, caso seja ajuizada ação de execução fiscal com base em certidão da dívida ativa que não contenha todas as informações necessárias e indispensáveis, tal omissão

- A** é causa para que o juiz, a qualquer momento, de ofício, determine a complementação das informações, desde que antes de proferida a sentença.
- B** pode não afetar o curso do processo de cobrança, se o juiz entender que determinada informação não seja de fato relevante.
- C** torna nulo o processo de cobrança, devendo a administração tributária consertar a certidão e promover nova ação.
- D** somente afetará a cobrança caso o sujeito passivo a argua na primeira oportunidade de falar nos autos.
- E** é causa de nulidade do processo de cobrança dela decorrente, podendo a nulidade ser sanada até a decisão de primeira instância.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 81**

Nos crimes ambientais, as penas restritivas de direitos substituirão as penas privativas de liberdade quando estas últimas forem fixadas em período inferior a

- A** 4 anos.
- B** 2 anos.
- C** 1 ano.
- D** 3 anos.
- E** 6 meses.

Questão 82

Segundo a Lei n.º 11.284/2006, o levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre determinada floresta, utilizando-se o processo de amostragem, refere-se a

- A** auditoria florestal.
- B** inventário amostral.
- C** pesquisa direcionada.
- D** fiscalização administrativa.
- E** estudo de viabilidade ambiental.

Questão 83

De acordo com a Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo

- A** estruturar sistemas de coleta seletiva.
- B** proporcionar incentivos fiscais.
- C** viabilizar a desconcentração de serviços públicos.
- D** incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.
- E** promover o desenvolvimento de tecnologias limpas.

Questão 84

Conforme o Decreto n.º 99.274/1990, compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, no licenciamento das atividades,

- A** expedir licença ambiental prévia quando o prazo de validade for estabelecido em período superior a cinco anos.
- B** atuar como órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA.
- C** administrar as estações ecológicas ambientais.
- D** elaborar estudo de impacto ambiental.
- E** fixar os critérios básicos de diagnóstico ambiental, para fins de licenciamento ambiental.

Questão 85

Considerando as disposições do Estatuto da Cidade e suas alterações, julgue os itens a seguir, a respeito do direito de preempção.

- I O direito de preempção concede ao poder público federal preferência para aquisição de imóvel urbano pertencente a municípios e ao Distrito Federal.
- II O direito de preempção pode ser exercido pelo poder público quando lhe for necessário adquirir área pública para fins de regularização fundiária.
- III A delimitação de áreas suscetíveis de incidência do direito de preempção subordina-se à normatização por lei municipal, baseada no plano diretor do correspondente município.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL**Questão 86**

Damião, motivado por ciúmes em decorrência do novo relacionamento de Juliana (sua ex-companheira), arremessou uma solução de ácido sulfúrico em direção ao rosto desta, com o objetivo de causar extensas lesões e abalo psicológico, o que de fato foi alcançado. No mesmo dia, Juliana procurou a Delegacia de Polícia de Ji-Paraná, para registrar a ocorrência e realizou exame de corpo de delito, que comprovou que seu ex-companheiro utilizara ácido no ato.

Com base nessas informações, o delegado de polícia responsável pela investigação pode afirmar que houve

- A ação de base hidratante que provoca necrose de coagulação, deixando escaras amareladas endurecidas.
- B vitriolagem, caracterizada pela ação do “óleo de vitríolo”, também conhecido como “água régia”.
- C ação de substância alcalina, que provoca reação exotérmica.
- D ação de substância ácida que produz escaras moles e hidratadas, em virtude da sua composição química.
- E vitriolagem, caracterizada pela ação de ácido desidratante que provoca necrose de coagulação.

Questão 87

No que diz respeito aos aspectos médico-legais da dietilamida do ácido lisérgico, é correto afirmar que

- A se trata de uma substância derivada do ópio, cujos efeitos são psicodislépticos.
- B seus efeitos podem ser considerados alucinógenos, já que é uma substância considerada psicodisléptica.
- C tal substância também é conhecida como “ayahuasca” e utilizada em rituais religiosos.
- D se trata de uma substância sintética de caráter psicoanaléptico, também conhecida como MDMA.
- E sua classificação é enquadrada no estudo dos barbitúricos.

Questão 88

Maria Antônia compareceu à Delegacia da Mulher de Ariquemes, para relatar a série de agressões que vinha sofrendo por parte do seu marido, Marcos. Em seu depoimento, Maria disse não ter consentido com a prática de conjunção carnal, porém, mesmo assim foi violentada e obrigada a realizar o ato.

Com base nessas informações, bem como no que diz respeito aos aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual, é correto afirmar que

- A caso não sejam encontrados sinais externos de violência por ocasião do exame de corpo de delito, tais como equimoses, não será possível a responsabilização de Marcos por sua conduta.
- B o exame pericial não poderá ser realizado caso Maria Antônia esteja grávida.
- C não se pode confirmar o ato violento quando a mulher possui hímen complacente, também conhecido como imperfurado.
- D a pesquisa de fosfatase ácida de origem prostática poderá ser requisitada pela delegada de polícia responsável pelas investigações.
- E a ausência de ejaculação descaracteriza o crime de estupro, pois inviabiliza o encontro de material genético apto para indicar a autoria do crime.

Questão 89

Josefa, com a intenção de interromper uma gestação no oitavo mês, se consultou com uma curandeira local e ingeriu diversas substâncias de origem vegetal para obter sucesso na prática abortiva. Todavia, a ação de Josefa gerou repercussões que resultaram na sua internação em um dos hospitais de Porto Velho, razão pela qual os profissionais de saúde daquela unidade acionaram a polícia civil.

Nessa situação hipotética, o delegado de polícia responsável pela investigação poderá afirmar que houve a utilização de meio abortivo

- A físico.
- B químico.
- C precoce.
- D hidrostático.
- E mecânico.

Questão 90

Acerca das perícias e dos peritos, é correto afirmar que os aspectos objetivos de uma perícia, relacionados às alterações visíveis verificadas por quem procede ao exame, serão destacados nos respectivos laudos na parte

- A da formulação dos quesitos.
- B da descrição.
- C do preâmbulo.
- D do histórico.
- E da assinatura.

DIREITO CIVIL**Questão 91**

Para salvar um filho, Pedro assumiu obrigação excessivamente onerosa perante Carlos, que já conhecia a situação.

Nessa situação hipotética, o negócio é viciado por configurar

- A estado de perigo.
- B lesão.
- C erro substancial.
- D coação.
- E dolo.

Questão 92

Ninguém pode deixar de cumprir a lei alegando não a conhecer, em razão do princípio do(a)

- A** territorialidade.
- B** transparência.
- C** isonomia.
- D** obrigatoriedade.
- E** necessidade.

Questão 93

Se uma pessoa, por meio de escritura pública devidamente registrada no cartório de registro de imóveis, conceder a outra o direito de construir em seu terreno, caracteriza-se o direito de

- A** usufruto.
- B** habitação.
- C** superfície.
- D** uso.
- E** servidão.

Questão 94

Têm domicílio necessário

- I o incapaz.
- II o servidor público.
- III o militar.
- IV o marítimo.
- V o preso.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens III e V estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- D** Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 95

Quanto à classificação, o bem que admite uso constante, possibilitando-se que dele se retirem todas as suas utilidades, sem atingir sua integridade, é considerado

- A** fungível.
- B** indivisível.
- C** principal.
- D** singular.
- E** inconsumível.

CRIMINOLOGIA**Questão 96**

Acerca da conceituação e dos métodos utilizados pela criminologia, assinale a opção correta.

- A** A interdisciplinaridade da criminologia é uma construção moderna, verificada a partir do século XX.
- B** A criminologia é uma ciência normativa e valorativa que se baseia, precipuamente, nas normas jurídicas positivas.
- C** Os levantamentos estatísticos e a análise de dados que estabelecem a dinâmica e as variáveis do delito, entre outros elementos, caracterizam o método empírico da criminologia.
- D** A criminologia é uma ciência predominantemente parcial e de caráter desfragmentado e permanente.
- E** O método lógico abstrato ou dedutivo é utilizado para a definição do delinquente e as causas de sua conduta.

Questão 97

A ideia de igualdade é refutada pela teoria da criminologia denominada

- A** teoria do *labelling approach* ou etiquetamento social.
- B** teoria das zonas concêntricas.
- C** teoria crítica.
- D** teoria técnico-jurídica.
- E** teoria psicológica.

Questão 98

Na visão moderna, o delinquente deve ser compreendido

- A** como um ser atávico, prisioneiro de sua deformação patológica.
- B** como um ser movido subjetivamente pelo livre-arbítrio.
- C** como um ser inferior e incapaz de se governar.
- D** como vítima inocente das estruturas econômicas.
- E** como um ser influenciado por fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Questão 99

A criminologia ambiental

- A** considera o crime na perspectiva de ofensor e vítima distribuídos em um ponto específico de espaço e tempo.
- B** tem o seu principal foco no efeito dissuasor da sanção penal.
- C** postula um determinismo ambiental.
- D** vislumbra o crime como uma interação entre a vítima e o seu agressor.
- E** defende que a ocorrência criminal é aleatória e depende da escolha racional do agressor.

Questão 100

À luz dos estudos criminológicos modernos, assinale a opção correta com relação ao papel da vítima e a sua importância na persecução penal.

- A** A vítima não possui capacidade de influir na gênese do crime.
- B** No processo penal, a participação da vítima é exclusivamente periférica, sendo o réu a figura central em destaque.
- C** No direito penal hodierno prevalece a tríade criminológica: delito, delinquente, pena.
- D** A atitude da vítima de colocar a si mesma em risco, em regra, é causa de exclusão do tipo penal.
- E** A participação da vítima em determinados crimes é indispensável para a configuração da figura típica.